
Literatura de viagem: apropriações e o mistério da leitura

*Márcia Janete Espig**
*Márcio Ezequiel ***

Resumo: O presente artigo propõe uma discussão sobre as possíveis e diferentes leituras a que uma obra literária pode estar sujeita ao longo da história. Como estudo de caso toma a literatura de viagem no Rio Grande do Sul, mais especificamente o livro de Arsène Isabelle, tentando identificar alguns elementos culturais que compuseram a escrita desta narrativa.

Abstract: The present article intends to discuss the different possible readings of a literary work through the history. The case studied in this essay was the travel books in the Rio Grande do Sul State, more specifically the Arsène Isabelle's book, trying to identify some cultural elements that make the writing of the narrative.

Palavras-chave: leitura, literatura de viagem, narrativa.

Key words: reading, travel books, narrative.

Luís de Camões: Senhor Damião de Góis, olhai que me perco entre tanto querer e não querer.

Damião de Góis: Não vos disse eu logo que o vosso livro é barca onde cada qual quer viajar sem companhia?

Luís de Camões: Deixai-me confundido.

Damião de Góis: Sem dúvida são melhores os caminhos rectos, mas esses não os há na vida das nações nem nos interesses dos paços e dinastias. A vossa obra será publicada, Luís de Camões, mas só quando, claramente, a balança pender para um lado ou para o outro.

Luís de Camões: Porém, o livro não será diferente do que é.

Damião de Góis: A diferença estará nos olhos que o lerem. E a parte que ficar vencedora fará que seja o livro lido com os olhos que mais lhe convierem.

Luís de Camões: E a parte vencida, que fará?

Damião de Góis: Ficarà esperando a sua vez de ler e fazer ler doutra maneira.

(SARAMAGO, José. *Que farei com este livro?*)

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora de História na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

** Historiador – Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Existirá uma leitura e uma interpretação correta e única de determinado texto? A dúvida é pertinente e, infelizmente para os leitores mais tradicionais e para alguns autores, a resposta é negativa. Embora dessa forma o ato de ler e interpretar torne-se infinitamente mais complexo em sua análise, não se pode negar o fato de que diferentes personagens sociais lêem de maneiras diversas textos semelhantes – quer seja um texto profano, religioso ou científico. Para tal irão contribuir não apenas o lugar social ocupado pelo leitor, sua cultura de classe, mas também variáveis outras, tais como: os hábitos de leitura, a experiência de vida, seu contexto histórico, etc. Esse problema, que aqui se coloca de forma sucinta, foi denominado pelo historiador americano Robert Darnton de *mistério da leitura*. Mistério, pois até hoje não se conhece completamente os meios pelos quais a leitura foi feita e pensada nos diversos períodos históricos. Mistério, já que, em muitos casos, não se tem como chegar a esse conhecimento. Mesmo assim, os historiadores vêm aceitando tal desafio.

Leitura, leituras

Recentemente, os historiadores têm se dedicado com maior ênfase a estudos relativos à cultura. Inserindo-se nessa temática mais ampla, vem ganhando destaque a história da leitura, cujas inúmeras facetas revelam parte da riqueza cultural existente no passado. Para tanto, o objetivo perseguido não é o estabelecimento de *padrões* de leitura erudita, considerados como a leitura *correta* de determinada obra literária, mas sim, o reconhecimento da singularidade de cada apropriação feita sobre uma certa obra escrita. Nesse sentido, é interessante perceber que inúmeras obras antigas continuam sendo lidas contemporaneamente, ainda que sua interpretação tenha variado e continue variando ao longo dos tempos.

A própria História da Literatura sofreu modificações, possuindo uma historicidade própria. Como coloca J. M. Goulemot, no início tratava-se de “[...] datação e classificação, estabelecimento dos textos e pesquisa das fontes” (1993, p. 495). Ao historiador da Literatura cabia datar, situar historicamente determinada obra e destacar sua originalidade diante da produção anterior ou posterior. Recentemente, porém, a história literária complexificou-se, beneficiada pela crise que atravessa as Ciências Humanas, passando o historiador da Literatura a acumular tarefas específicas: historiador dos gêneros e da edição, analista das formas, crítico, sociólogo da cultura, semiólogo, etc. Ampliando seu objeto, a história literária “[...] toma sob sua responsabilidade todas as formas do trabalho da história sobre a escrita” (Goulemot, 1993, p. 497).

Possuindo fortes ligações com a chamada história intelectual, a história literária vem recebendo grande atenção por parte de importantes nomes da

pesquisa histórica recente, dentre os quais se destacam o francês Roger Chartier e o americano Robert Darnton, já mencionado acima. Eles mesmos revelam, em seus trabalhos, alguns dos mais sérios limites surgidos no próprio cotidiano da pesquisa em História da Literatura e da leitura. Há, por exemplo, o problema relativo às fontes, ou seja, sua ausência com relação a largos períodos históricos, bem como uma certa dificuldade em lidar com parte dos documentos disponíveis. Chartier expõe com clareza alguns dos problemas metodológicos enfrentados. Ao trabalhar com o crescimento do hábito de leitura durante a Idade Moderna européia, esse autor enfatiza a dificuldade em estimar o aumento do número de livros nas residências dos letrados da época, porque o manejo das fontes disponíveis para tal estudo – os inventários – esconde algumas armadilhas: nada implica que os livros possuídos haviam sido lidos ou comprados pelo falecido; ignoravam-se os impressos sem valor, que poderiam ser as leituras mais freqüentes, e eram omitidos os livros perigosos ou preciosos, subtraídos antes do inventário. Conclui o autor: “[...] não podemos exigir-lhe [da fonte] mais que indicações muito globais sobre a presença do livro numa determinada sociedade e [...] devemos ser prudentes ao comparar os dados observados em locais diferentes [...]” (Chartier, 1994, p. 129).

Existem ainda dilemas que dizem respeito mais especificamente à interpretação e ao sentido dado aos textos pelos leitores. A forma pela qual foi entendida e assimilada determinada obra poderia desvendar seus usos afetivos e sociais, mostrando como ela contribuiu para a formação de um conjunto de representações do passado. Porém, tal questão esbarra de forma ainda mais aguda no problema das fontes:

[...] pois os documentos raramente mostram os leitores em atividade, moldando o significado a partir dos textos. [...] Poucos deles são ricos o bastante para propiciar um acesso, ainda que indireto, aos elementos cognitivos e afetivos da leitura, e alguns casos excepcionais podem não ser suficientes para se reconstruírem as dimensões interiores dessa experiência (Darnton, 1992, p. 203).

Nesse sentido, de acordo com Darnton, o grande desafio seria a resposta aos *porquês* e *comos* da história literária: por que tal ou qual obra adquiriu certa importância em um determinado período da História e como seus leitores a interpretaram. Contribuem para seu desvendamento, acredita o autor, os estudos até aqui feitos pela história literária, já que esses vêm respondendo a perguntas como *quem*, *o que*, *onde* e *quando* (1992, p. 203).

A tentativa de se desvendar o sentido atribuído aos textos pelos leitores do passado mostra-se um desafio estimulante e cheio de armadilhas. Embora possa inferir certas características culturais dos leitores que analisa, através do

conhecimento profundo do contexto histórico e social de que faziam parte, o historiador deverá levar em conta a existência de uma certa autonomia na produção de bens culturais. Não há como pensar o sujeito histórico como mero reflexo de estruturas que o aprisionam, e sua subjetividade não se reduz à soma das manifestações culturais de que compartilha. Caberá ao historiador, portanto, a modéstia e a sinceridade em reconhecer a existência daquilo que Carlo Ginzburg denomina *resíduo de indecifrabilidade* de determinada cultura (1996, p. 34), ou seja, uma parcela de indeterminação que não permite a onisciência sobre o passado. O procedimento metodológico mais sensato, nesse caso, é, sem dúvida, a enunciação das conclusões como possibilidades ou hipóteses, visto que não se é capaz de penetrar inteiramente em uma cultura que não a própria.

O fato de que a produção de sentido acerca de uma obra histórica depende de inúmeras variáveis é aspecto central da história literária contemporânea. Diferentes leitores leram e continuam lendo, de formas diversas, as obras literárias que se lhes oferecem. A motivação para a análise dos porquês dessa diversidade de leituras provém, para o historiador, das inúmeras possibilidades trazidas por uma melhor compreensão das estruturas mentais dos agentes históricos, ou seja, a interpretação dedicada a uma obra literária tem muito a dizer sobre as formas de perceber o mundo, de compreendê-lo e de agir de determinado grupo ou indivíduo. Como coloca Goulemot:

Ela [a história literária contemporânea] preconizou a recusa de um sentido único e fixo do texto para lhe opor a noção de obra aberta em evolução, formando-se através das interpretações que ela autoriza. A história literária será, portanto, também uma história das interpretações sucessivas das obras e uma reflexão sobre o que, na estrutura da obra, permite a formação desta pluralidade de sentidos. Ela será, portanto, a busca do motivo da sua polissemia (1993, p. 497).

Os trabalhos de Roger Chartier vêm justamente conferindo destaque à diversidade de leituras possíveis sobre um mesmo texto. Embora muitas vezes os autores ou as autoridades tentem fixar o sentido e enunciar a interpretação desejada (lembre-se aqui do diálogo entre Luís de Camões e Damião de Góis), as obras são decifradas a partir de configurações culturais e afetivas específicas das comunidades. A recepção “inventa, desloca, distorce” (1993, p. 107) e, a fim de melhor compreender e explicar essa diversidade, o autor recorre ao conceito de apropriação:

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo

atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer [...] que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (1990, p. 26-27).

O historiador francês destaca enfaticamente a existência de diferentes processos de leitura. Segundo ele, é na relação entre o texto oferecido à leitura e o leitor que o lê que se pode encontrar a *tensão central* de toda a história da leitura. Embora geralmente o autor e os críticos percebam o texto como estando sujeito a apenas uma única interpretação – a *correta* – Chartier recorda a autonomia do ato de ler, enquanto experiência pessoal e criadora de sentidos. É importante perceber que “[...] ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros” (1992, p. 214).

Essencialmente, Darnton concorda com tais afirmações e acrescenta a necessidade de que se perceba a historicidade das leituras elaboradas. Esse historiador acredita que a leitura é muito mais do que o mero ato de retirar informações de um papel, pois cada informação sofrerá uma interpretação. Como os esquemas interpretativos pertencem a determinadas configurações culturais, que têm variado muito ao longo dos tempos, o trabalho do historiador da leitura complexifica-se sobremaneira: “Como nossos ancestrais viviam em mundos diferentes, devem ter lido de forma diferente, e a história da leitura poderia ser tão complexa quanto a história do pensamento” (1992, p. 233). Entretanto, defende Darnton, tal esforço será coroado de êxito caso se consiga descobrir como o leitor do passado compreendia a vida.

A relação entre o leitor e o texto não deve ser vista como uma relação transparente, isto é, como facilmente apreensível para um pesquisador distante no tempo. As obras podem receber significações plurais, variadas, enquanto uma concepção imóvel da leitura acaba por transformar tanto o leitor quanto o texto em entes abstratos, a-históricos. Considerar a leitura como um ato concreto exige que o processo de interpretação seja visto situado no cruzamento entre leitores dotados de competências específicas e textos, cujo significado depende de dispositivos tipográficos próprios (Chartier, 1990, p. 25-26).

Esses dois elementos – a apropriação singular elaborada pelo leitor e as condições de apresentação tipográfica do livro – recebem grande atenção por parte de Chartier, que postula a necessidade de que ambos sejam vistos de forma conjunta. Como contribuição à teoria literária, a história teria a oferecer duas abordagens:

[...] reconstruir a diversidade de leituras mais antigas a partir de seus vestígios múltiplos e esparsos, e identificar as estratégias através das quais autoridades e editores tentaram impor uma ortodoxia ou uma leitura autorizada do texto. [...] Assim torna-se necessário reunir duas perspectivas que em geral não se articulam: por um lado, o estudo de como os textos e as obras impressas que os comunicam organizam a leitura autorizada; e, por outro lado, a compilação de leituras concretas, costuradas em declarações individuais ou reconstruídas no nível das comunidades de leitores [...] (1992, p. 215-216).

Essas duas abordagens propostas, mediadas pelo supracitado conceito de apropriação, sustentam os inúmeros trabalhos de Chartier sobre a História da Literatura. Destacando as formas assumidas pelas obras literárias, refletindo sobre as conseqüências de tal ou qual impressão tipográfica sobre o leitor, e analisando, sempre que possível, os raros fragmentos capazes de mostrar o quê e como liam determinados leitores, o autor vem se firmando como um dos mais importantes a tratar do tema.

Situando historicamente o hábito da leitura, pode-se afirmar que não existiu um tipo de leitura único ao longo dos tempos. Acredita-se que a leitura não se desenvolveu apenas em uma direção, a extensiva, mas assumiu muitas e diferentes formas, em diferentes grupos sociais e em épocas diversas, variando, também, os motivos que levaram as pessoas a ler. Poderiam ler movidos pela curiosidade, pela busca de conhecimento, pela diversão, pela elevação espiritual, etc. (Darnton, 1992, p. 212).

As formas assumidas pelo ato da leitura também possuem desdobramentos em nível do sentido atribuído aos textos: a leitura em voz alta, por exemplo, além de constituir uma ocasião de cultivo de sociabilidades, poderia incluir discussões ou preleções sobre o tema lido; já a leitura individual e solitária, cujo principal desenvolvimento teve início na Idade Moderna européia, liberava o leitor do controle do grupo e constituía novas relações com o texto consultado (Chartier, 1994, p. 119). Ou seja, a complexidade da história da leitura dificilmente poderá prestar-se à enunciação de modelos gerais, mas deve ser compreendida em cada contexto e a partir de cada grupo humano e histórico que a desfrutou. Nesse sentido, parece importante reconhecer que as apreciações teóricas colocadas acima devem ser vistas como sugestões, cuja necessária flexibilidade dependerá sempre dos casos específicos em que forem utilizadas. Particularmente, propõe como estudo de caso uma breve análise acerca das motivações e especificidades de um tipo único de literatura: a *Literatura de viagem*.

Literatura de viagem: leituras e compilações

Os relatos de viajantes assumiram grande importância como fonte histórica. Para o estudo das primeiras décadas do século XIX no Rio Grande do Sul, nomes como os dos franceses Nicolau Dreys, Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle são referência certa. Inicialmente o foco será sobre esse tipo de registro e, a seguir, refletir-se-á sobre as questões enunciadas no tópico anterior.

Nicolau Dreys (1781-1843) veio com sua família para o Rio de Janeiro, em 1817, onde estabeleceu comércio. Ainda no mesmo ano, partiu com destino a Buenos Aires. Permaneceu em Porto Alegre, contudo, de 1817 a 1825, estada da qual resultou a publicação *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* (1839), no Rio de Janeiro. Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), notável botânico, esteve no Brasil de 1816 a 1822, viajando pelo Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Deixou importantes registros à História, à Geografia e à Etnografia sobre as referidas localidades. Já Louis-Frédéric Arsène de Isabelle (1807-1888), comerciante e naturalista experimental, não do mesmo porte de Saint-Hilaire, veio para a América do Sul, em 1830. Esteve primeiro no Uruguai, mas julgando Buenos Aires mais propício às atividades comerciais, lá se estabeleceu com uma indústria têxtil. Cruzando pelas terras rio-grandenses em 1833 e 1834, registrou-as com minúcias em *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*, publicado na França, em 1835.

Dreys, Saint-Hilaire e Isabelle consideravam-se seguidores do renomado geógrafo e naturalista alemão, Alexander von Humboldt (1769-1859) que, na virada do século, visitou as colônias espanholas acompanhado de Aimè Bonpland, com o qual escreveu *Viagem de Humboldt e Bonpland*, obra grandiosa, em 30 volumes, publicada entre 1805 e 1834; e *Cosmos*: ensaio de uma descrição física do mundo, 1845-1862. Tais volumes serviram de modelo ao serem apropriados por aqueles que se lançavam à empresa das viagens de exploração científica. Para Dreys estava clara a transitoriedade do trabalho científico, que logo seria complementado pelo de outros pesquisadores.

Tímido, mas atento imitador, procuramos seguir, bem que de longe, os passos do sapientíssimo naturalista, criador da ciência das viagens [*refere-se a Humboldt*], persuadido de que destarte, e destarte somente, poderá o observador pôr algum peso na balança dos conhecimentos humanos; o que nunca conseguirá com narrações romanescas, ocas de fatos e de verdade, e que nada ensinam, ou, o que pior é, não ensinam senão o erro. Nosso único merecimento será ter-nos aproximado mais ou menos de um modelo dificilmente imitável;

apresentamos nosso quadro como uma reminiscência, uma indicação: outros virão que saberão dilatar os estreitos limites em que foi-nos preciso encerrar-nos, e desenvolverão com os necessários talentos as matérias cujos títulos apenas enunciamos (1990, p. 12).

Augusto Meyer, literato comentarista da obra dos viajantes, alerta que facilmente se reconhece, nas obras de viagem, o concurso de muitos autores, por compilação e arranjo (1960, p. 301). A questão que se coloca, então, seria sobre onde acaba uma obra e começa outra. Trata-se de estabelecer quais seriam os limites entre o caráter unitário, próprio e original de cada livro e o caráter plural, global e múltiplo dos livros de viagem. Cada livro comporta, além da singularidade de seu próprio universo, outros universos culturais, outras concepções e idéias que o narrador trouxe de suas leituras, ou seja, há nos textos um discurso polifônico em que a voz do escritor não é a única, nem a primeira, nem a última. Nesse discurso, ainda que não se trate de tarefa simples, podem ser percebidos elementos que o viajante absorveu de seus predecessores nas jornadas empreendidas. Certo é que Dreys leu o material de Isabelle, que, por sua vez, lera o de Saint-Hilaire.

Miriam Moreira Leite, pesquisadora da temática, tomou em seus trabalhos a totalidade das obras dos viajantes estudados, bem como o contexto geral em que estavam inseridos os estrangeiros, propondo que “a literatura de viagem compõe-se de uma constelação de autores, onde uma obra-matriz dá origem a inúmeras outras, com uma seqüência de partes idênticas, ou focalizando os mesmos aspectos em momentos diferentes”(1997, p. 13).

O processo de percepção do real também possui historicidade. No século XIX, o modo de encarar o mundo e o *outro* diferenciava-se daquele experimentado pelos aventureiros do século XVI, para os quais havia uma revelação do ainda *não-visto*. Já no século XIX, com algum conhecimento acumulado, os viajantes trataram de reorganizar, descrever e explicar o *já visto*. Esse conhecimento não invalida, entretanto, o processo de composição dos textos dos viajantes – assim como de outras formas literárias – parte de um universo caótico, compreendido pelo real, congregando elementos até então desconexos, a fim de tornar inteligível o que era desordenado. Trata-se da *organização do olhar*, através da produção do texto. Assim, ocorre primeiramente uma decomposição da realidade, que, a seguir, é recomposta em elementos essencialmente organizados através da linguagem, resultando na crônica ou no livro de viagem. Para tanto, o viajante lançava mão dos modelos existentes, embebidos na cultura da época. Assim, organizava os dados de maneira correta, segundo o seu entendimento.

Para Ilka Boaventura Leite, que também teorizou sobre o assunto, é possível separar a *ação* da *palavra* existentes na composição dos textos, ainda que não se desconsidere uma interdependência de tais fatores. Assim, os relatos dos viajantes teriam como constituintes de seu conteúdo um aspecto externo e outro interno: externamente estaria a ação de coletar, organizar e apresentar os resultados; e, internamente, estaria a palavra, ou o conteúdo propriamente dito. O texto, assim, é produto da *Viagem-Ato* e da *Viagem-Narrativa* (1996, p. 82). A esses componentes da narrativa de viagem se deve acrescentar o elemento cultural do viajante, suas concepções, sua visão de mundo, seu imaginário, suas leituras.

A condição *sine qua non* para classificar um texto no gênero da Literatura de Viagem é o deslocamento físico do autor pelo espaço geográfico, por tempo determinado, bem como a transformação do observado e do vivido em narrativa. Ressalve-se, todavia, que tal premissa não esgota a questão, sendo qualquer definição mais rigorosa insuficiente (Lisboa, 1997, p. 34). Nesse sentido, indaga-se justamente o papel subjetivo que entremeia os relatos dos viajantes para além do diretamente observado. Ou seja, aquilo que viram e descreveram só se lhes apresentou inteligível mediante seus referenciais culturais.

A conceituação desse tipo de produção escrita deve, portanto, ser tão ampla quanto pretende Ilka Boaventura ao colocar que a Literatura de Viagem une exploração, aventura, aprimoramento e objetividade científica, constituindo-se em um tipo único de expressão: “Nem objetividade científica, nem propriamente ficção, porém o texto situando-se entre uma e outra” (Leite, 1996, p. 101).

No próximo segmento, a atenção se aterá nos registros de Arsène Isabelle, buscando identificar alguns elementos culturais que influenciaram sua narrativa.

Isabelle e as Viagens de Gulliver

Arsène Isabelle nasceu em Havre, cidade portuária ao Norte da França, ponto de encontro de comerciantes e cresceu ouvindo histórias de mundos distantes pela voz dos marinheiros. Com interesse ardente leu inúmeros livros de viagem. Assim, seu interesse e sua necessidade de viajar foram reforçados pelo gosto e pelo desejo de aventura, ambigüidade compreensível numa fase de transição para o pensamento científico moderno.

Os viajantes do século XIX esforçavam-se para fundamentar seus escritos na tradição pré-científica que se sedimentava em seu tempo, o que, todavia, não eliminava de todo os resquícios de uma literatura fantástica. Isabelle esclarecia não ter grandes pretensões nem literárias, nem acadêmicas:

Esta pequena obra o leitor verá imediatamente, não é um trabalho literário digno de atrair a atenção das pessoas cultas, nem mesmo a das que amam o maravilhoso. É uma exposição singela e ingênua de tudo aquilo que um simples viajante pôde ver e observar com a simplicidade que o caracteriza [...] (1949, p. 30). (Grifo do autor.)

Despretensioso no que se referia à sua colaboração para com as Ciências Naturais, Isabelle considerava seu trabalho um apêndice da obra de Saint-Hilaire, de quem era leitor. Citou Humboldt para justificar que as descrições físicas da natureza serviam para auxiliar aqueles que passariam pelas mesmas localidades depois dele, o que, simbolicamente, indicaria a clara intenção de seguir os caminhos já trilhados de uma ciência nascente. Era amigo de Bonpland, de quem recebeu visitas no Uruguai. Isabelle assumia, assim, no início de sua obra, um compromisso com a verdade: “Um viajante [...] é uma espécie de historiador.¹ Seu dever é contar o que viu ou o que ouviu. Não deve inventar, mas também não deve omitir. E quanto ao velho provérbio: ‘Mente melhor quem vem de longe’, já se tornou ridículo à força de ser repetido” (1949, p. 33).

Poder-se-ia supor, na própria negativa, ainda que de forma velada, a possibilidade do registro do que não se viu, nem se ouviu? Para Nicolau Dreys a resposta seria afirmativa. Esse autor criticou alguns viajantes, dentre os quais Isabelle, por escreverem sobre terras em que não haviam estado ou por não registrarem suas experiência em diários de notas para subsidiar a posterior redação das memórias.

Que conhecimento, não diremos exato, mas aproximativo, podem dar do Brasil as historietas deduzidas de algumas superfícies pelos Olway, Allois, *Isabelle*, Douville e outros semelhantes, ou os plagiatos pitorescos de certo caricaturista que observou o país pela janela de seu aposento? Com razão se queixam os críticos da esterilidade e extravagância dessas produções fantásticas. Não é assim que uma imaginação judiciosa recebe e transmite as impressões: infeliz do viajante que, depois de alguns anos de observações, não lacerou suas primeiras notas; arrisca a enganar-se a si mesmo e enganar os outros (1990, p. 12). (Grifo dos autores deste texto.)

Obviamente, não se concorda com isso, nem tampouco se pretende dizer que os escritos de Isabelle sejam criações espúrias de um falsário ou que sejam apócrifos. Não há mais dúvida quanto à sua estada no Rio Grande do Sul, e suas páginas estão ricamente ilustradas com elementos históricos desse Estado. Buscou-se, entretanto, levantar os elementos que moldaram a forma de seus escritos.

Isabelle começa seus relatos confessando que sempre teve uma inclinação irresistível pelos livros de viagem, que devorara grande número, incluindo o

clássico de Jonathan Swift *Viagens de Gulliver* (1949, p. 24). Ao se tomar esse livro, encontrou-se pontos de referência para a escrita de Isabelle. Interessante é notar que, apesar de ser uma obra de ficção, *Viagens de Gulliver* apresenta-se como um autêntico relato de viagens. Seus capítulos encontram-se precedidos de sumários, característica marcante dos livros de viagens, trazendo informações como locais visitados e assuntos abordados, a fim de facilitar a consulta ao leitor.

Jonathan Swift criou uma atmosfera de gosto pela aventura e pelo inusitado, calcada na experiência da viagem, que cativou a imaginação de Isabelle: “Essas leituras não podiam deixar de despertar em mim o desejo de viajar” – coloca o francês (1949, p. 24).

Swift dialogava com o leitor ora pedindo paciência por algum esmero descritivo, ora avisando que poupava o leitor de detalhes desnecessários: “[...] seguro da paciência do leitor, peço vênha para alongar-me um pouco [...] como o leitor poderia ter curiosidade de conhecer o estilo e o modo de expressão dessa gente [...] traduzi o documento palavra por palavra!” (1960, p. 20 e 24). Esse recurso foi utilizado também por Isabelle que, em seu dialogar com o leitor, convidava-o a participar de sua jornada: “Agora vamos dar uma volta pela *calle de la Reconquista* [...]” (1949, p. 99). Chegava mesmo ao ponto de chamar aquele que acompanhava suas linhas a descansar ou sentar à beira da estrada: “Continuemos no passeio. Se estais fatigados, podemos sentar-nos junto à costa onde termina a rua” (1949, p. 106). “Ufa!...Tirai a roupa, ponde-vos à vontade, porque deveis estar bem fatigados!” (1949, p. 123). Essa comunicação com o leitor aparece de forma mais clara nos primeiros capítulos dos relatos do viajante, em que trata da sua passagem pelo Uruguai. Na parte em que descreve o Rio Grande do Sul, consagrada na tradução de Dante de Laytano que exclui a anteriormente citada, transparece um maior rigor na formalidade das descrições. Tais matizes da obra de Isabelle aparecem na raríssima e única tradução completa, feita por Theodemiro Tostes.

Embora comprometido com a verdade e sob os ditames da História Natural, há, em Isabelle, fragmentos de uma literatura fantástica. A bordo do navio francês *Herminie*, durante a viagem, descreveu efeitos da luz no mar com certa admiração. Uma grande quantidade de animáculos fosforescentes que pululavam na superfície davam-lhe a ilusão de um rastro de luz, tal era sua expectativa pelo maravilhoso. Próximo das ilhas do Cabo Verde, colocava que o oceano parecia de fogo, como uma toalha branca recamada de rubis e diamantes. Tentava racionalizar com explicações científicas de mobilidade de elementos líquidos, ao mesmo tempo em que evocava divindades: “Dir-se-ia que as divindades marinhas, habitantes daquela cidade maravilhosa, celebravam nossa passagem com aquele espetáculo desconhecido aos homens de terra firme.

Fui levado a crer que essas divindades nos eram favoráveis e que devíamos a elas a nossa feliz travessia” (1949, p. 43-44).

Isabelle descreveu, ainda, uma ilusão de ótica compartilhada com outros tripulantes do navio, no crepúsculo, quando as nuvens, no horizonte, assemelhavam-se a montanhas, casas e homens gigantes que os rebaixavam, segundo as palavras do viajante, a liliputianos, referindo-se aos pequeninos habitantes de Lilliput encontrados por Gulliver (1949, p. 44).

Swift procurava dosar suas fictícias descrições com a curiosidade do leitor. Conduziu habilmente esse recurso por vezes deixando “a cargo da imaginação dos leitores” e buscando, em outros momentos, satisfazer-lhes a curiosidade incitada: “Embora eu tencionasse deixar a descrição deste império para um trabalho particular, compraz-me, nesse meio tempo, satisfazer o leitor curioso com algumas idéias gerais” (1960, p. 38).

A curiosidade era marca confessa e indelével de Isabelle, como não poderia deixar de ser para um viajante, sendo o motivo principal para que empreendesse sua jornada: “Nasci, portanto, curioso e esta curiosidade me impeliu a viajar” (1949, p. 24). Com a mesma curiosidade que lera os livros de viagens, partira para ler a natureza em terras distantes. Conforme declarou satisfeito: muito assunto haveria para a pena de um escritor talentoso, ante tantas cenas grotescas oferecidas ao observador atento. Assim, referiu-se ao cotidiano dos passos do Jacuí, no Rio Grande do Sul, lugar por onde se podia atravessar o rio. As roupas dos transeuntes, a mistura de figuras negras, brancas e de cor de cobre; os nadadores mestiços ou índios que acompanhavam tropas de animais, impedindo que as carretas afundassem; as compridas e estreitas pirogas, feitas de um só tronco, que passavam com rapidez levando passageiros imóveis; as imensas carretas cobertas de peles de bois, tudo, enfim, chamava atenção do estrangeiro. Tratava-se do “esboço de um quadro muito animado, digno de atrair a atenção do observador, que passará rapidamente da hilaridade que produz uma cena grotesca ao temor ou à dor de um acidente trágico” (Isabelle, 1949, p. 252-253).

Hoje, tais registros apresentam suas imagens ao leitor atento e, através do olhar curioso do viajante, pode-se expiar o passado. Para se entender o que foi visto e descrito deve-se, entretanto, buscar seus referenciais culturais que tornaram o observado pitoresco e digno de nota. Dessa forma, os depoimentos dos viajantes são descrições da realidade e não a própria e única realidade. Incurriam em reinvenções de realidades em sua atribuição de sentido ao real que se lhes apresentava. De acordo com Heloísa Reichel tratavam-se de representações do real, elaboradas a partir de componentes ideológicos de pessoas dotadas de equipamentos culturais próprios e que trouxeram um patrimônio anterior, condicionando e possibilitando seu modo de observar e entender o empírico (1999, p. 59-60).

Os viajantes observaram, descreveram, valoraram e concluíram a respeito da mesma realidade a partir de seu próprio contexto existencial. “Como cinegrafistas, dirigiram e regularam as lentes que captaram a realidade regidos por um complexo de vivências passadas, de valores e verdades internalizados ao longo de suas vidas” (Venturella, 1994, p. 92).

Um estudo mais detalhado das apropriações de suas leituras presentes nas narrativas como a de Isabelle permanece, contudo, uma carência para o estudo da Literatura de Viagem e um desafio para os pesquisadores que se dedicarem aos mistérios da leitura.

Referências bibliográficas

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.
- _____. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada 3 : da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.
- _____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOULEMOT, J. M. Literária (História). In: BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário de ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Trad. Theodemiro Tostes. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec, Edusp; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- _____. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEYER, Augusto. *Prosa dos pagos: 1741-1959*. Rio de Janeiro: São José, 1960.

REICHEL, Heloísa Jochims. Relatos de viajantes como fonte histórica para estudos de conflitos étnicos na Região Platina (séc. XIX). In: VÉSCIO, Luiz Eugênio; SANTOS, Pedro Brum (Orgs.). *Literatura e História: perspectivas e convergências*. Bauru: Edusp, 1999.

SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. Porto Alegre: Globo, 1961.

VENTURELLA, Ana Lúcia Torresini. Índios e negros na literatura: a ótica dos viajantes franceses. In: FLORES, Moacyr (Org.). *Negros e índios: História e Literatura*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.